



## SESSÃO TEMÁTICA Nº 06 - PROCESSOS DE MUDANÇAS NAS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL

### Economia Solidária e Agricultura Familiar no Cariri cearense: as feiras como estratégia de mobilização e comercialização

Maria Laís dos Santos Leite (UFCA; UFRN)  
Victoria Régia Arrais de Paiva (UFCA; UFC)  
Eduardo Vivian da Cunha (UFCA; UFRN)  
Maria Alane Pereira de Brito (UFCA)

#### Resumo:

Este trabalho tem como propósito analisar a estratégia de comercialização e organização sociopolítica da agricultura familiar e da economia solidária no Cariri Cearense a partir da realização de feiras locais. A investigação qualitativa se dá a partir do estudo de caso da Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar do Cariri - Expofam, considerando-se seu histórico de atuação e o contexto atual dado pela chegada da pandemia do COVID-19, que impõe desafios para a continuidade da sua realização. Os dados foram produzidos a partir da observação participante (que compreende um período de 2010 a 2019, com especial ênfase neste último ano), a aplicação de formulários em 2019 na Expofam 2019 e a realização de entrevistas no ano de 2020 com agricultoras e agricultores familiares. Como resultados, observamos que as feiras, notadamente o caso em estudo, tem sido, para além de um local de comercialização, um espaço privilegiado de encontro para a troca de saberes, fortalecimento de relações, troca de afetos, e para articulação política entre agricultoras(es) envolvidos e diversos parceiros. Foi durante a IV Expofam realizada nos dias 17, 18 e 19 de dezembro de 2010 no Parque de Exposição Felício Cavalcanti em Crato-CE que ocorreu o Seminário de Inauguração do Fórum Caririense de Economia Solidária, conquista marcante para o movimento de Economia Solidária na Região do Cariri. Como desafios, são apresentados a necessidade de uma articulação com um número maior de agricultoras(es), maior visibilidade da feira, especialmente visando a aumentar sua comercialização e ampliar o alcance das suas pautas políticas, o angariamento de outros apoios externos e neste momento, o desenvolvimento de estratégias de comercialização adaptadas ao período pandêmico para manutenção das atividades da Expofam e contribuição na renda de agricultoras(es) familiares e artesãs/artesãos participantes.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar. Economia Solidária. Feiras. Estudo de caso. Cariri cearense.

## **INTRODUÇÃO**

Enquanto segmento socioprodutivo, a agricultura familiar assume proporção relevante para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que cerca de 90% de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola a base de sua economia. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, existem atualmente 4.367.902 estabelecimentos rurais de agricultura familiar no país, 84,4% de todos os estabelecimentos rurais, que respondem por 40% do valor bruto da produção agrícola e empregam cerca de 80% da PEA agrícola. Porém, embora representem 84,4% das propriedades rurais, possuem apenas 24,3% da área ocupada total (Sandro SILVA, 2015).

Para a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação - FAO (2017) a agricultura familiar é um setor chave para a segurança alimentar da América Latina, especialmente para as populações rurais, pois a porcentagem de pobreza em áreas rurais é quatro vezes maior que nas áreas urbanas e cerca de um terço das pessoas que moram no campo sofrem de pobreza extrema. No entanto, o setor enfrenta limitações significativas em aspectos relacionados ao acesso a recursos produtivos, serviços sociais, infraestrutura básica, serviços rurais, financiamento e extensão agrícola.

Além dos canais fornecidos pelas políticas públicas, a comercialização dos produtos da agricultura familiar se dá em feiras livres e especialmente nas feiras agroecológicas, definidas por Jéssica Pereira *et al.* (2011) como “espaços sociais onde se comercializam produtos, se estabelecem relações entre feirantes e consumidores, proporcionam alimentos mais saudáveis à população, e a partir das trocas de conhecimento constitui-se uma economia com relações justas e solidárias, aumentando os canais de comunicação interna.” (n.p).

Atualmente há no Cariri dezenas de feiras realizadas com o apoio de Sindicatos e Fóruns locais. O território é dito como o precursor no Estado do Ceará na realização desse tipo de feira, sendo a primeira delas a do município de Crato que tem relatos de 1930 e que é formalmente agroecológica desde 2005 e que conta com o apoio da Associação Cristã de Base – ACB (Laís LEITE, 2021).

Nesse contexto, esse trabalho tem como objetivo central analisar a estratégia de comercialização e organização sociopolítica da agricultura familiar e da economia solidária no Cariri Cearense a partir da realização de feiras locais. A investigação qualitativa se dá a partir do estudo de caso da Exposição de Produtos da Economia Solidária de Base Familiar do Cariri - Expofam, considerando-se seu histórico de atuação e o contexto atual dado pela chegada da pandemia do COVID-19, que impõe desafios para a continuidade da sua realização.

## ***PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS***

Para compreender a articulação entre os conceitos envolvidos na temática lançamos mão da pesquisa bibliográfica do tipo narrativa, enfatizados por Rother (2007) como uma metodologia que possibilita descrever e discutir o desenvolvimento de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual e se constituem como uma análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas e outros tipos de produtos acadêmicos passando pela interpretação e análise crítica pessoal do(a) autor(a).

A pesquisa empírica é de abordagem qualitativa, por entendermos que este é um processo investigativo no qual o(a) pesquisador(a) gradualmente compreende o sentido de um fenômeno social ao contrastar, comparar, reproduzir, catalogar e classificar o objeto do estudo (John CRESWELL, 2016).

Utilizamos como estratégia de pesquisa o estudo de caso, definido por Gondim *et al.* (2005) como uma estratégia de pesquisa que foca sobre o entendimento da dinâmica presente dentro de um contexto ou cenário singular.

Para a produção/coleta de dados fizemos uso da observação participante no período de 2010 a 2019, com especial ênfase neste último ano. A pesquisa participante insere-se na pesquisa prática que se caracteriza por ser “ligada à práxis, ou seja, a prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua ideologia, sem com isso necessariamente perder de vista o rigor metodológico” (Pedro DEMO, 2000, p. 21).

Em 2019, também realizamos a aplicação de formulários durante a XIV Expofam. Marconi e Lakatos (2003, p. 212) conceituam a técnica como “[...] o contato face a face entre pesquisador e informante, sendo o roteiro de perguntas preenchido pelo pesquisador no momento da entrevista”. Nessa oportunidade consultamos sobre a participação em entidades, associação, sindicatos, etc; participação em política pública, tipo de produção, produtos que está expondo/vendendo na Expofam, participação em eventos semelhantes, motivações para participar de feiras, quais outras formas de comercialização utilizam, entre outras questões.

Em 2020, fizemos ainda entrevistas em profundidade com quatro agricultoras e agricultores familiares participantes de feiras de Economia Solidária na Região cariense. Utilizamos a entrevista como procedimento de coleta de dados por este privilegiar a fala dos atores sociais e permitir atingir um nível de compreensão da realidade humana que se torna acessível por meio de discursos, sendo apropriada para investigações cujo objetivo é conhecer como as pessoas percebem o mundo. A entrevista dá voz ao interlocutor para que ele fale do que está acessível a sua mente no momento da interação com o(a) entrevistador(a) e em um processo

de influência mútua produz um discurso compartilhado pelos dois atores: pesquisador(a) e participante (FRASER; GONDIM, 2004).

Como método de tratamento e compreensão dos dados utilizamos a análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de investigação que através de uma descrição sistemática do conteúdo manifesto das comunicações, tem por finalidade a interpretação destas comunicações. As etapas da análise de conteúdo que seguimos foram pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Laurence BARDIN, 2011). Bauer (2012) por sua vez compreende a análise de conteúdo como uma categoria de procedimentos explícitos de análise textual para fins de pesquisa social onde, embora alguns exemplos apresentem descrições numéricas de algumas características do *corpus* do texto, assumem atenção especial os tipos, qualidades e distinções do conteúdo.

## ***RESULTADOS E DISCUSSÕES***

### ***Economia Solidária e sua forma singular de Comercialização***

Inicialmente, importa destacar que no plano teórico, não há um consenso sobre o significado da expressão “economia solidária”. Em geral, o termo está associado a práticas socioeconômicas heterogêneas de produção, comercialização, consumo, crédito e serviços, que existem em graus diferenciados, à autogestão, à participação coletiva nas etapas do processo produtivo; à democracia, ao igualitarismo; à cooperação, à autossustentação, à promoção do desenvolvimento humano, à responsabilidade social e à preservação do equilíbrio dos ecossistemas como características ideais (GAIGER, 2004). Verifica-se que, na década de 1990, um grande contingente de trabalhadores tem buscado se engajar nas diversas formas de trabalho integrantes do campo denominado de economia social, economia popular solidária ou simplesmente economia solidária. No sentido atribuído por Singer (2002), esta forma de economia é entendida como um modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, no contexto das profundas transformações no mundo do trabalho.

No âmbito das experiências organizadas na perspectiva da Economia Solidária, as feiras representam fortes expressões das práticas do que se denomina de “comercialização solidária”, para assinalar a singularidade desse tipo de troca, marcada pela satisfação de necessidades, marcada pela reciprocidade entre as partes envolvidas, o respeito ao meio ambiente, entre outras características que evocam os princípios e valores citados anteriormente.

A importância das feiras foi também reconhecida no âmbito das políticas públicas implementadas pelo governo federal, notadamente, por meio da criação do Programa Nacional

de Fomento às Feiras de Economia Solidária, executado entre os anos de 2005 e 2008 com recursos da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES/MTE). E, posteriormente, com o Projeto Nacional de Comercialização Solidária, implementado pelo Instituto Marista de Solidariedade, entre 2010 e 2017.

Voltando o olhar para o Cariri Cearense, as práticas de Feiras Agroecológicas ocorrem há bastante tempo, e, tendo contado com apoio de distintas organizações da sociedade civil e do Estado, entre as quais se destacam a a Cáritas Diocesana do Crato, a Associação Cristã de Base e a Universidade Federal do Cariri, por meio da Incubadora Tecnológica de Empreendimentos Populares e Solidários (Iteps). Neste último caso, uma das ações que conferiu maior visibilidade e organicidade às feiras foi a estruturação da Rede de Férias Agroecológicas e Solidárias no Cariri – Rede FASOL Cariri, cujo processo de criação foi iniciado em 2014.

De acordo com o relato dos integrantes da Iteps/UFCA, o objetivo central da estratégia de articulação em rede foi identificar iniciativas que apresentassem perfis assemelhados de Empreendimentos de Economia Solidária e que já desenvolvessem ações de desenvolvimento local.

A Rede FASOL Cariri foi constituída a partir de ações do “Programa de Extensão, Desenvolvimento e Implantação de Metodologias de Incubação”, contemplado na Chamada Pública 89/2013, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. O projeto foi desenvolvido pela incubadora junto aos empreendimentos populares e solidários do Cariri entre março de 2014 e março de 2016, tendo como objetivo a articulação, do ensino, pesquisa e extensão para o desenvolvimento de metodologias de incubação, com foco na criação e/ou fortalecimento de Redes de Economia Solidária, tendo em vista ações que promovessem a formação e integração dos sujeitos envolvidos nos empreendimentos. Entre seus objetivos específicos estava a articulação de uma rede entre as feiras agroecológicas com funcionamento no Cariri, com vistas ao fomento da agricultura familiar de base agroecológica (NUNES et al, 2016, p.33).

Conforme apresentação do Quadro 1, entre 2016 e 2018 foram realizadas quatro edições da Feira da Rede FASOL Cariri, composta por grupos de Crato e Juazeiro do Norte, que já realizavam feiras agroecológicas periodicamente, com apoio da Associação Cristã de Base (ACB). Foram momentos de experimentação, acompanhados de troca entre os saberes acadêmico e popular, além de poesia, arte, cultura, culinária regional, artesanato, entre outros.

Quadro 01- Feiras da Rede FASOL Cariri

Edição	Local / Data	Número Médio de Feirantes
--------	--------------	---------------------------

1º	Largo da RFFSA, Crato/CE 02/03/2016	34
2º	Praça Engenheiro Dória, Barbalha/CE 04/05/2016	36
3º	Praça Padre Cícero, Juazeiro do Norte 06/07/2016	42
4º	Largo da RFFSA, Crato/CE 07/03/2017	63

**Fonte:** Elaborado pelos autores, 2018.

Ao todo, foram realizadas quatro feiras, em espaços públicos de grande circulação de pessoas, localizados nas três principais cidades do Cariri, citadas no Quadro acima: Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha. Em média, os quatro eventos reuniram 175 feirantes, que comercializaram produtos agrícolas e também artesanato, bem como alimentos baseados na culinária regional, como a tapioca, o beiju, sucos de frutas naturais, entre outros. Um diferencial desse tipo de feira é a sua programação cultural, que abre espaço para a música, poesia e apresentações diversas, animando o lugar e as pessoas que por ele circulam.

Por fim, importa notar que as feiras são coletivamente construídas pelos próprios feirantes, com apoio das organizações parceiras, mas sempre buscando a auto gestão. Ou seja, é de responsabilidade de cada feirante a definição dos produtos, a forma de expor, quais aqueles destinados ao momento das trocas, etc. Ao final de cada feira, todos os participantes fazem uma grande roda em que avaliam a experiência, indicando os pontos positivos e os que precisam ser aperfeiçoados. Há, portanto, uma dimensão política que é de alta relevância e que consiste num dos diferenciais das feiras organizadas na linha da economia solidária.

### ***Agricultura Familiar***

A produção familiar é considerada um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, ademais possui importante contribuição para a geração de riquezas no país. A agricultura familiar é responsável por uma parcela bem significativa de todo o produto agropecuário brasileiro, inclusive com seu inter-relacionamento com outros segmentos importantes na economia (Guilhoto *et al.*, 2007).

Enquanto segmento socioprodutivo, a agricultura familiar assume proporções nada desprezíveis para a formulação de um projeto de desenvolvimento no país, já que cerca de 90% de seus 5.807 municípios têm na atividade agrícola a base de sua economia. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2006, existem atualmente 4.367.902 estabelecimentos rurais de

agricultura familiar no país, 84,4% de todos os estabelecimentos rurais, que respondem por 40% do valor bruto da produção agrícola e empregam cerca de 80% da PEA agrícola. Porém, embora representem 84,4% das propriedades rurais, possuem apenas 24,3% da área ocupada total (MDA, 2016).

Dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA<sup>1</sup> divulgados por Portal Brasil (2011, 2015) e Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário – SEAD (2017) ressaltam que no Brasil, 70% dos alimentos que chegam à mesa da população são produzidos pela agricultura familiar, sendo este setor capaz de garantir a segurança alimentar e a erradicação da fome.

Essa estatística vem sendo contestada por vários autores, entre eles Rodolfo Hoffmann (2014) com base no argumento de que o valor monetário de toda a produção da agricultura familiar corresponde a menos de 25% do total das despesas das famílias brasileiras com alimentos. Para Paulo Niederle (2017) o questionamento não tem como objetivo desqualificar a contribuição societária desses agricultores, mas que, mesmo assim, exige o re-equacionamento dos parâmetros de reconhecimento social e, portanto, da ação pública.

Após a leitura dos relatórios do Censo agropecuário 2006 (IBGE, 2006, 2009) e dos primeiros resultados do Censo agropecuário 2017 (IBGE, 2018) não conseguimos chegar a uma afirmação precisa de quanto da nossa alimentação se deve a agricultura familiar, no entanto são diversos os dados que ressaltam sua relevância, alguns deles são apresentados abaixo.

No que se refere à estrutura produtiva da agricultura familiar o IBGE (2006) com base nos dados do Censo Agropecuário 2006 assegura que “foram identificados 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% dos estabelecimentos brasileiros. Esse numeroso contingente de agricultores familiares ocupava uma área de 80,25 milhões de hectares, ou seja, 24,3% da área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários brasileiros.” (p. 19).

O IBGE (2006) enfatiza ainda que apesar de cultivar uma área menor com lavouras e pastagens (17,7 e 36,4 milhões de hectares, respectivamente), a agricultura familiar é responsável por garantir boa parte da segurança alimentar do país, como importante fornecedora de alimentos para o mercado interno.

---

<sup>1</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) do Brasil, criado em 25 de novembro de 1999 pela medida provisória nº 1.911-12, sendo extinto em 12 de maio de 2016 através da medida provisória nº 726, que alterou e revogou a Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, transferindo na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Como substituição do MDA foi criada a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (Sead) do Brasil em 27 de maio de 2016 pelo decreto nº 8.780.

Esse tipo de agricultura, de acordo com a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (2017) com base no referido Censo, constitui a base econômica de 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes, é responsável por 35% do produto interno bruto nacional e absorve 40% da população economicamente ativa do país<sup>2</sup>, o que corresponde a 74% das pessoas ocupadas no campo. De 10 postos de trabalho no meio rural, sete são de agricultores familiares.

Quanto a participação da agricultura familiar na produção de alimentos o Censo Agropecuário (IBGE, 2006) traz que o setor é responsável por 87,0% da produção nacional de mandioca, 70,0% da produção de feijão [...], 46,0% do milho, 38,0% do café [...], 34,0% do arroz, 58,0% do leite [...], possuíam 59,0% do plantel de suínos, 50,0% do plantel de aves, 30,0% dos bovinos, e produziam 21,0% do trigo.

No entanto, assistimos diuturnamente comerciais na TV falando como nossa vida está cercada pelos produtos do Agronegócio, do seu grande potencial de exportação e de quanto são lucrativos. O agronegócio possui poder econômico, representantes no poder executivo e legislativo e pelos motivos citados, recebe financiamentos e um maciço apoio estatal.

Os pontos citados acima e outros tantos que pretendemos compreender ao longo dos próximos anos foram paulatinamente nos fazendo/ajudando a esquecer que, além dos supermercados e das grandes plantações, há muitos alimentos, recursos, pessoas, histórias, que alimentam e constroem o Brasil.

Um dos pontos mais relevantes para o fomento à agricultura familiar no contexto brasileiro e que justificaram a implantação de grande parte das políticas públicas é a relevância da produção de base familiar para o mercado interno, solidificando as estratégias de segurança alimentar do país (Conab, 2017).

Para a FAO (2017) a agricultura familiar é um setor chave para a segurança alimentar da América Latina, especialmente para as populações rurais, pois a porcentagem de pobreza em áreas rurais é quatro vezes maior que nas áreas urbanas e cerca de um terço das pessoas que moram no campo sofrem de pobreza extrema. No entanto, o setor enfrenta limitações significativas em aspectos relacionados ao acesso a recursos produtivos, serviços sociais, infraestrutura básica, serviços rurais, financiamento e extensão agrícola.

As principais culturas da agricultura familiar na Região do Cariri são feijão, milho e

---

<sup>2</sup> A expressividade da agricultura familiar não está presente só no contexto brasileiro. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), nove em cada dez propriedades agrícolas mundiais - 570 milhões -, são geridas por famílias, que produzem cerca de 80% dos alimentos no mundo. (MDA, 2017).

mandioca. São facilmente encontradas também as frutas/frutos locais: caju, manga, pitomba, acerola, cajá, pequi, etc. coletadas de árvores em terrenos privativos ou espalhadas pela Região. Integram também a lista dos produtos da agricultura regional o andu e a fava – variedades de leguminosas que se aproximam ao feijão e que são apreciadas nos municípios circunvizinhos. Há ainda um grande grupo de agricultores(as) que se dedica à plantação de hortaliças e plantas medicinais, especialmente em pequenas propriedades e quintais produtivos. E ainda há, em menor quantidade que outrora a plantação de cana de açúcar e a produção de alimentos com base no caldo extraído de seus caules. (LEITE, 2021).

Como é comum nesse tipo de produção, a pluriatividade<sup>3</sup> é bastante presente, por isso é comum que além da roça, algumas famílias dedicam-se a produção de alimentos, em geral, fabricados a partir dos produtos que plantam/coletam, outras trabalham com artesanato, muitas famílias também criam aves, especialmente galinhas para venda abatida ou ovos caipiras (ou de capoeira), porcos, caprinos e bovinos também são encontrados em propriedades maiores. Esses e outros produtos são comercializados em feiras locais, algumas delas exclusivas para agricultura familiar e/ou orgânica e também fazem parte da lista de produtos que são fonecidos pelos agricultores por meio das políticas de compras públicas.

Além das políticas públicas, a comercialização dos produtos se dá em feiras livres e especialmente nas feiras agroecológicas, definidas por Jéssica Pereira *et al.* (2011) como “espaços sociais onde se comercializam produtos, se estabelecem relações entre feirantes e consumidores, proporcionam alimentos mais saudáveis à população, e a partir das trocas de conhecimento constitui-se uma economia com relações justas e solidárias, aumentando os canais de comunicação interna.” (n.p). Atualmente há no Cariri dezenas de feiras realizadas com o apoio de Sindicatos e Fóruns locais. O território é dito como o precursor no Estado do Ceará na realização desse tipo de feira, sendo a primeira delas a do município de Crato que tem relatos de 1930 e que é formalmente agroecológica desde 2005 e que conta com o apoio da Associação Cristã de Base – ACB.

As duras reduções orçamentárias nos recursos investidos nas políticas públicas e as dificuldades em colocar em prática as estratégias de comercialização já buscadas, entre elas as feiras, por conta da pandemia tem gerado impacto sobre a produção e a renda das(os) mesmas(os). Com base em informações do a dura redução orçamentária no setor:

---

<sup>3</sup> A pluriatividade é considerada uma estratégia de reprodução social da agricultura familiar diante da necessidade de subsistência das famílias agricultores. A noção associada à agricultura familiar aponta a existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. (Sérgio Schneider, 2009).

Estudos acadêmicos e de órgãos nacionais e internacionais destacam o êxito na implementação das PPAF em nosso país, pelo “[...] volume de recursos e de beneficiários que englobam [...]” e ainda, “[...] na expressiva melhora nos indicadores de pobreza, de renda e de desigualdade no campo brasileiro, além do arrefecimento da migração rural-urbana”. (Fernando Gaiger SILVEIRA *et al*, 2016, p. 2).

Ressalta-se assim a relevância das políticas públicas de comercialização e segurança alimentar que contribuem de modo direto para a sobrevivência da agricultura familiar no contexto brasileiro, cumprindo com a premissa de levando-se em conta a realidade social estruturada sobre a desigualdade buscar contribuir para sua superação (Maria da Graça M. Gonçalves, 2013).

### ***A Expofam e as Feiras como Estratégia de Mobilização e Comercialização no Cariri cearense***

A Expofam é realizada anualmente tendo como principal ator institucional o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Orgânicos e Ecológicos do Cariri (SINTTROEC) e tradicionalmente se realiza no Parque de Exposições Pedro Felício Cavalcante. De acordo com o idealizador da Feira, Sr. Expedito Guedes, a Expofam “é uma oportunidade dos trabalhadores apresentarem seus produtos, aqui temos produtos orgânicos, temos artesanato, e também troca de ideias e experiências” (comunicação pessoal concedida em 8 dezembro de 2019).

A previsão era continuar participando das reuniões dos fóruns, associações, fazer visitas e acompanhar o circuito de feiras organizadas por esses atores, como a Feira da Grupo da Economia Solidária e Turismo Rural da Agricultura Familiar de Barbalha – GESTRAF, a Cariri Frutas, a Exposição de Produtos da Agricultura Familiar – Exproaf, a Feira das Culturas, a Expofam, e outras que compõem a Rede de Feiras Agroecológicas e Solidárias - Rede FASOL Cariri.

Além dos contatos para a pesquisa, há mobilização com os grupos de interesse pela participação em projetos vinculados à minha instituição de origem (UFCA), um primeiro desde meados de 2020 para apoiar a realização de feiras de artesanato, agricultura e economia solidária virtuais ou ações de comercialização de grupos de agricultoras(es), tendo em vista a necessidade de geração de renda para este grupo social diante da diminuição dos recursos investidos em políticas públicas no período e a proibição da realização de feiras presenciais na Região do Cariri no primeiro semestre de 2020 por conta da pandemia.

Agora sem poder contar com políticas públicas como o PAA e o PNAE que davam maior segurança na comercialização dos produtos e que foram mitigadas desde o Governo Temer, e ainda com a suspensão temporária das feiras que retornava como estratégia possível de

sobrevivência havia uma insegurança alimentar, uma preocupação com o futuro. O cenário, próprio dos últimos meses do ano nesta região semiárida era de fato desolador, até os alimentos que poderiam plantar para sua subsistência não era possível porque não havia água, elas(es) diziam que esse “não era tempo de plantar”.

Como é comum nesse tipo de produção, a pluriatividade é bastante presente, por isso é comum que além da roça, algumas famílias dedicam-se a produção de alimentos, em geral, fabricados a partir dos produtos que plantam/coletam, outras trabalham com artesanato, muitas famílias também criam aves, especialmente galinhas para venda abatida ou ovos caipiras (ou de capoeira), porcos, caprinos e bovinos também são encontrados em propriedades maiores. Esses e outros produtos são comercializados em feiras locais, algumas delas exclusivas para agricultura familiar e/ou orgânica e também fazem parte da lista de produtos que são fonecidos pelos agricultores por meio das políticas de compras públicas.

Além das políticas públicas, a comercialização dos produtos se dá em feiras livres e especialmente nas feiras agroecológicas, definidas por Jéssica Pereira *et al.* (2011) como “espaços sociais onde se comercializam produtos, se estabelecem relações entre feirantes e consumidores, proporcionam alimentos mais saudáveis à população, e a partir das trocas de conhecimento constitui-se uma economia com relações justas e solidárias, aumentando os canais de comunicação interna.” (n.p).

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Expofam foi inaugurada em 2007, quando realizou sua primeira edição. Desde então, tem realizado edições todos os anos, contando em 2019, com a sua 14<sup>a</sup>. Congrega produtores da agricultura familiar da região, em um número variável. Ela tem ocorrido em locais distintos desde seu início, contando com o apoio de parceiros para a sua viabilização (entre o poder público e entidades do terceiro setor). Seu foco é a comercialização de produtos agrícolas, sendo também um encontro de articulação sociopolítica entre os diversos atores envolvidos, desde agricultores, apoiadores e público frequentador. Exemplo disto, foi a inauguração do Fórum Cariense de economia solidária que se deu em 2010 a partir de uma articulação política com forte participação desta feira e seus integrantes.

Como resultados, observa-se que as feiras, notadamente o caso em estudo, tem sido, para além de um local de comercialização, um espaço privilegiado de encontro para a troca de saberes e fazeres, fortalecimento de relações, troca de afetos, e para articulação política entre agricultoras(es) envolvidos e diversos parceiros.

Como desafios, são apresentados a necessidade de uma articulação com um número

maior de agricultoras(es), maior visibilidade da feira, especialmente visando a aumentar sua comercialização e ampliar o alcance das suas pautas políticas, o angariamento de outros apoios externos e neste momento, o desenvolvimento de estratégias de comercialização adaptadas ao período pandêmico para manutenção das atividades da Expofam e contribuição na renda de agricultoras(es) familiares e artesãs/artesãos participantes.

## **REFERÊNCIAS**

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs); tradução de Pedrinho A. Guareschi. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e social**: um manual prático. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 189-217.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (Conab). **Agricultura Familiar**: importância do PAA. Brasília: Conab, 2017.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3 ed. Porto Alegre: ARTMED, 2016.

DEMO. Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

FRASER, Márcia T. D.; GONDIM, Sônia M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, 2004, v. 14, n. 02. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2004000200004&lng=en&nrm=iso). Acesso em: 01 nov. 2020.

GAIGER, Luiz I. (Org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre, UFRGS, 2004.

GONÇALVES, Maria da Graça M. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GONDIM, Sonia M. G. et al. Da descrição do caso à construção da teoria ou da teoria à exemplificação do caso? Uma das encruzilhadas da produção do conhecimento em administração e áreas afins. **Organizações e Sociedade**, v.12, n.35, p. 47-69, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/osoc/v12n35/a03v12n35.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

GUILHOTO, Joaquim J. et al. **A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados**. Brasília: NEAD, 2007.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Informações completas, Cidade Barbalha**. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230190&search=ceara|barbalha|infograficos:-informacoes-completas>. Acesso em: 16 fev. 2021.

LEITE, Maria Laís dos S. **Produção de sentidos sobre políticas públicas para agricultoras(es) familiares do Distrito Arajara em Barbalha-CE**. Projeto de tese apresentado no Seminário de Teses do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal: PPGPsi/UFRN, 2021.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio P. de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO - FAO. (2019a). **Agricultura e segurança alimentar no Brasil**. Brasília: FAO/INCRA. Disponível em: <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/brasil-em-resumo/pt>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Censo agropecuário 2006: agricultura familiar: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro\\_2006\\_agricultura\\_familiar.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/50/agro_2006_agricultura_familiar.pdf).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO (FAO). **Pobreza rural y políticas públicas en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FAO, 2013. Disponível em <http://www.fao.org/3/i3069s/i3069s.pdf>. Acesso em 03 maio 2021.

PEREIRA, Jéssica S. *et al.* **Avaliação das feiras agroecológicas nos municípios de Crato e Juazeiro do Norte-CE: enfoque no sistema de produção local**. In: 3º Encontro Universitário da UFC no Cariri, Juazeiro do Norte-CE, 2011. Disponível em: <https://enapegs.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2011/paper/download/558/56>. Acesso em 26 ago. 2020.

SCHNEIDER, Sergio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2ª ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage, 2013.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas Públicas: Conceitos, Casos Práticos, Questões de Concursos**. 3.ed. São Paulo: Cengage, 2019.

SILVA, Sandro Pereira. **A agricultura familiar e suas múltiplas interações com o território: uma análise de suas características multifuncionais e pluriativas**. (Texto para discussão do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada). Brasília/ Rio de Janeiro: Ipea, 2015. Disponível em [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td\\_2076.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4162/1/td_2076.pdf). Acesso em 18 jun. 2020.

SILVEIRA, Fernando Gaiger et al. Políticas públicas para o desenvolvimento rural e de combate à pobreza no campo. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), 2016. Disponível em: [https://www.fida.org.br/assets/downloads/Politicass\\_publicas\\_para\\_o\\_desenvolvimento\\_rural.pdf](https://www.fida.org.br/assets/downloads/Politicass_publicas_para_o_desenvolvimento_rural.pdf)

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2002.